

Diretrizes para Programa de Governo

Manuela d'Ávila – 2018

Convenção Eleitoral Nacional do PCdoB, Brasília, 1º de agosto de 2018

O Brasil vive uma de suas piores crises, que o atinge em todas as dimensões, sobretudo nas esferas política, econômica e social. O *impeachment* sem bases legal levou a um desequilíbrio entre os Poderes e à imposição de um governo ilegítimo e desastroso, repudiado pela imensa maioria da população brasileira.

Em curto espaço de tempo, o governo Temer debilitou o Estado brasileiro, desmontando os instrumentos de promoção do desenvolvimento. Entregou e segue alienando o patrimônio nacional, ampliando a desindustrialização, cortando recursos para saúde e educação, atacando direitos e precarizando as condições de trabalho. O país voltou ao mapa da fome, o desemprego ultrapassa a casa dos 13 milhões, (dos quais 32% são jovens e 52% são mulheres), um milhão de famílias estão cozinhando a lenha por não terem recursos para comprar gás de cozinha. A violência cresce e atinge a todos, em especial a população da periferia das cidades, sobretudo as mulheres e os jovens negros.

É preciso rebelar-se e dar um basta em tudo isso.

O Brasil se encontra em uma encruzilhada. Que futuro queremos como Nação? Nesta eleição, ou o país se reencontra com o caminho da democracia, da soberania nacional, do desenvolvimento e do progresso social; ou seguirá na rota, que lhe impôs o governo Temer e seus aliados, de desnacionalização, desemprego e desmonte do Estado.

É possível materializar este sonho intenso que é o Brasil.

A seguir, as linhas gerais do programa que será debatido e enriquecido ao longo da campanha eleitoral. São ideias-força que procuram abrir veredas para um novo projeto nacional de desenvolvimento, que realize combate frontal às desigualdades de gênero, ao racismo, bem como às desigualdades sociais e regionais. Temos a convicção de que o Brasil e nossa gente são maiores que esta crise; temos um grande futuro pela frente.

Medidas emergenciais

- Revogação da Emenda Constitucional 95 do Teto de Gastos e da Reforma Trabalhista.
- Suspensão do programa de privatizações.
- Retomada imediata do crescimento econômico e recomposição da capacidade de investimento público nos três níveis da Federação.
- Adoção de plano emergencial para geração de empregos e proteção dos que estão em situação de vulnerabilidade social.
- Pacto nacional de ações emergenciais para combater a violência urbana e os crimes no campo.
- Restauração da democracia, do Estado Democrático de Direito e do equilíbrio entre os Poderes da República.

EIXO I – Brasil, um sonho intenso – Estado, soberania e reformas estruturais

- Fortalecimento do Estado brasileiro, de sua capacidade de planejamento, investimento e de seus instrumentos de promoção do desenvolvimento e de defesa da soberania nacional.
- Fortalecimento da Política Nacional de Defesa, com ampliação da capacidade dissuasória das Forças Armadas brasileiras, intensificação da cooperação estratégica com nossos parceiros regionais, e montagem de robusta base industrial e tecnológica na área, visando ao cumprimento das atribuições constitucionais.
- Resgate de uma Política Externa Autônoma, que seja promotora da paz e do desenvolvimento, e que retome as iniciativas de integração na América do Sul e o protagonismo brasileiro na iniciativa do BRICS (acrônimo para Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).
- Realização de ampla agenda de reformas do Estado, incluindo a do Judiciário e a política, que o democratize, o torne mais eficiente e capaz de promover o desenvolvimento nacional.
- Defesa do patrimônio e da economia nacional, bem como da soberania energética.

- Reforma do Pacto Federativo fortalecendo o papel dos estados e municípios.

EIXO II – Desenvolvimento econômico e combate às desigualdades – Emprego e oportunidades para a nossa gente

- Retomada do crescimento econômico associado à redução das desigualdades sociais, a geração de empregos e distribuição de renda.
- Realização de reforma tributária progressiva e simplificadora, onde ricos paguem mais e pobres paguem menos, diminuindo a tributação do consumo e elevando a taxa em lucros e dividendos, para recompor de forma sustentável a capacidade de investimento público nos três níveis da Federação.
- Recomposição do sistema nacional de financiamento de longo prazo, restaurando o papel estratégico do BNDES.
- Adoção **de uma nova política** macroeconômica que incentive os investimentos e desestime a especulação financeira e rentista, superando o longo ciclo de juros elevados e câmbio apreciado.
- Adoção macroeconômica que incentive os investimentos e desestime a especulação financeira e rentista, superando o longo ciclo de juros elevados e câmbio apreciado.
- Constituição de ambicioso programa de modernização e superação dos gargalos em infraestrutura, que integre e articule as regiões do país, baseado em empreendimentos estatais e parcerias público-privadas (PPP).
- Adoção de uma política industrial robusta, focada na promoção da reindustrialização nacional, da inovação e dos novos processos tecnológicos necessários para alavancar a competitividade da economia brasileira.
- Fortalecimento da Petrobras como empresa estratégica integradora de cadeias produtivas nacionais e defesa do regime de partilha do pré-sal.
- Promoção da Política de conteúdo local em setores estratégicos da economia.
- Promoção ativa de setores produtivos estratégicos para o desenvolvimento nacional, incluindo os que preservam a diversidade da nossa matriz energética.
- Recomposição do sistema nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, com a reconstituição do Ministério específico da área, ampliação dos orçamentos das agências de fomento federais (CNPq e CAPES), e liberação integral dos recursos

do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) operado pela FINEP.

- Valorização da agroindústria e da agricultura familiar, com políticas de investimento em pesquisa, construção de infraestruturas, financiamento de equipamentos e insumos, e a busca por agregar valor à nossa produção.
- Reconstituição do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como expressão da valorização da agricultura.
- Valorização do trabalho com a manutenção da política de reajuste do salário-mínimo, com combate à precarização e redução da jornada de trabalho.
- Adotar medidas para fazer valer a equiparação salarial entre homens e mulheres que realizam a mesma função num trabalho.
- Dobrar o valor da remuneração e o tempo do seguro-desemprego para mulheres gestantes desempregadas e com filhos de até dois anos.
- Combate às desigualdades sociais e às regionais.
- Promoção do desenvolvimento ambientalmente sustentável, com respeito à integridade dos biomas nacionais e à biodiversidade, incentivando à pesquisa desses recursos.
- Adoção de política de desenvolvimento sustentável estruturante para a região amazônica, que assegure a nossa soberania sobre a região, e que aprofunde o conhecimento geológico e científico sobre nossa biodiversidade, assegurando a existência de infraestrutura adequada e a verticalização da produção com agregação de valor aos produtos locais.

EIXO III – A gente não quer só comida – Democracia, direitos e liberdade

- Promoção de reforma política que reduza e combata a influência do poder econômico no processo eleitoral e garanta o pluralismo da representação popular, e que amplie a participação da mulher e a adoção de mecanismos de democracia direta e participativa.
- Defesa do Estado Democrático de Direito, e combate aos abusos de autoridade cometidos por agentes do Estado.

- Democratização dos meios de comunicação.
- Combate mais efetivo, eficiente, à corrupção e à criminalidade, preservando o respeito às liberdades civis e às garantias constitucionais, e sem provocar a desarticulação de setores produtivos nacionais.
- Promoção da segurança como direito fundamental da cidadania, constituindo nova arquitetura da política de segurança pública, com valorização dos profissionais, e estabelecimento de ciclo completo de ação policial.
- Adoção de uma nova política de combate às drogas.
- Fortalecimento do Sistema Único de Saúde, priorizando a atenção básica e as especialidades, valorizando os profissionais e a realização de um mutirão nacional de vacinação, bem como para zerar as cirurgias e os exames atrasados.
- Ampliar o financiamento do SUS com a elevação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das instituições financeiras e sua destinação para a área da saúde.
- Manter o papel do Estado na regulação das atividades econômicas vinculadas à saúde, evitando aumentos abusivos por parte dos Planos de Saúde, principalmente para os idosos.
- Assegurar o direito à Previdência pública, empreendendo a defesa da sustentabilidade da previdência pública, com realização de auditoria para apurar sua real condição orçamentária e instituição de Mesa tripartite para discutir medidas de adequação à transição no perfil demográfico nacional.
- Realização integral das metas do Plano Nacional de Educação, ampliando a oferta e a qualidade da educação pública como instrumento de promoção da mobilidade social, e garantindo a aplicação de 10% dos recursos do PIB para o Fundo de Financiamento de Educação.
- Promoção da educação infantil e adoção de parcerias do governo federal com municípios para ampliar a qualidade e o acesso às creches.
- Reforma urbana com requalificação dos programas habitacionais, investimentos em saneamento e mobilidade urbana.
- Realização da reforma agrária, valorizando a função social da terra, e adotando políticas de combate à violência e ao trabalho escravo no campo.
- Fortalecimento do SUAS e ampliação dos programas sociais.
- Promoção de políticas de igualdade de gênero e de combate à violência contra as mulheres.

- Promoção do respeito à comunidade LGBT, e o combate à violência motivada por preconceito contra identidade de gênero ou orientação sexual.
- Aplicação do Estatuto Nacional da Juventude e adoção de políticas destinadas à promoção do combate à violência, à inclusão no mercado de trabalho e acesso à educação.
- Implementação de políticas públicas que promovam a igualdade social para os negros e a aplicação de políticas públicas de ação afirmativa.
- Promoção de políticas culturais que valorizem a identidade e a diversidade cultural do povo brasileiro.
- Proteção efetiva e garantia dos direitos das comunidades indígenas.
- Garantia dos direitos dos idosos.
- Garantia da universalização do acesso à Internet como direito fundamental.